



U R B I C E N T R O S 2 0 2 3 habitar o centro

APONTAMENTOS [1]

Xico Costa [PPG-AU UFPB/UFBA]

“Talvez nos tenhamos tornado um povo tão displicente, que não mais nos importemos com o funcionamento real das coisas, mas apenas com a impressão exterior imediata e fácil que elas transmitem. Se for assim, há pouca esperança para nossas cidades e provavelmente para muitas coisas mais em nossa sociedade. Mas não acho que seja assim.” Jane Jacobs [1961] (JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003)

Os centros históricos tiveram sua lógica de centralidade abalada pelo processo de descentralização de atividades e expansão descontrolada da cidade. Por sua referência histórica, estas áreas passaram a ser vistas como locais a serem protegidos por um quadro normativo específico, nos diferentes âmbitos de gestão. E, na maioria das vezes, seu processo de esvaziamento é relacionado a estes cuidados normativos. Este processo do esvaziamento de certas funções, no entanto, se deve principalmente à lógica expansionista que estabeleceu a migração das funções econômicas melhor remuneradas. Também as funções relacionadas com o uso residencial e com a estrutura da própria gestão da administração pública.

Embora identificadas a partir daí como entraves ao desenvolvimento urbano e ao crescimento econômico, em função das características inerentes à sua estrutura física (traçado, parcelamento, edificações) e ao quadro normativo de proteção, estas áreas apresentam uma grande importância social, econômica, política, histórica e cultural.

No entanto, as propostas de requalificação destas estruturas, primaram pela tentativa de espetacularização e comercialização turísticas destas áreas, desprezando um amplo conjunto de valores a serem postos em pauta.

As intervenções isoladas de requalificação, voltadas unicamente ao segmento cultural e turístico, mostraram uma capacidade reduzida de vitalidade. É preciso uma ação integrada, ampla, rigorosa e criativa.

E se a paisagem de abandono revela certa ideia de desprezo, não podemos afirmar que estas áreas estejam abandonadas. Melhor, estão passando por processos de apropriação que utilizam a lógica do abandono para estabelecer, de forma velada, suas próprias lógicas de apropriação.

Ou seja, o discurso e a prática que coloca em confronto valores patrimoniais históricos, apropriações informais e ruínas, encobrem na verdade uma típica estratégia de caráter neoliberalista. E afinal, o

avanço desta estratégia, acabará se sobrepondo aos interesses dos coletivos sociais, das economias informais, mas também dos valores patrimoniais históricos. Resultará, enfim, na ruptura de uma lógica perversa por outra muito mais perversa. Afetará a capacidade social de apropriação (formal ou informal) e o quadro normativo (formal) de apropriação e produção destas áreas. Repetirá no centro histórico, de uma maneira aparentemente bem justificada, os danos que já faz na cidade como um todo.

Então, precisamos promover o entendimento do que queremos dizer, quando consideramos que é necessário promover ações de requalificação, reabilitação e revitalização do centro. É necessário estimular, pensar, inventar e produzir ideias como razões fortes para habitar o centro de uma forma equilibrada, diversa e justa.

É preciso sobrepor à lógica neoliberalista já estabelecida, um manto de ideias com grande impacto social, inventivo, paisagístico, cultural e econômico.

Em defesa desta vida (popular e democrática) das áreas centrais, o **URBICENTROS** deve ser uma forma de integração de teorias e práticas que permitam fortalecer a ideia de **habitar o centro**.

URBICENTROS se apresentam, portanto, como forma de agregar impacto social, inventivo e cultural às ideias e discussões acadêmicas. Procura estimular ações diversas entre âmbitos institucionais, governamentais, produtivos, a partir do vigor dos que habitam e trabalham nestas áreas. Notadamente com a presença de coletivos e associações comunitárias, lideranças gremiais etc., formando um corpo de conhecimentos mais amplo, multifacetado e criativo; espaço agregador das diferentes abordagens, formas de ver e propostas destes diferentes atores e coletivos. É palco de trocas e de produção de saberes, mas também de estímulos concretos ao impacto social do conhecimento acadêmico e não acadêmico.

É preciso ter em conta, ainda, que os gestores públicos estão sob forte pressão de interesses que, há muito tempo, sequestraram o aparelho técnico de planejamento de nossas cidades. No âmbito municipal, estadual e federal, a ideia de planejamento está muito mais ao serviço dos interesses privados do que do interesse público.

Precisamos repensar, de forma tática e criativa as formas de interferir, com grande impacto, neste modelo já instalado. É preciso pensar e colocar em ação novas formas de discussão, apreensão, apropriação e construção da cidade.

A apropriação não pode ser apenas efêmera e simbólica, como um ensaio de cidade. É preciso transformar as formas de ver. É preciso produzir desdobramentos efetivos sobre a realidade.

João Pessoa, outubro de 2022.